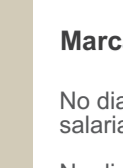


Boletim de Relações Trabalhistas

Ano 3 Nº 106 25/08/10



Aconteceu no Brasil

Marcada a 1ª reunião de negociação na FIEMG

No dia 2 de setembro (quinta-feira) será realizada a primeira rodada de negociação pela campanha salarial 2010. A reunião vai acontecer na sede da Fiemg, a partir das 15h30.

No dia 1º de setembro será realizada uma Plenária dos Metalúrgicos na sede da FEMETAL para discutir a estratégia a ser seguida na mesa de negociação.

Fonte: Sindimetal

Assembleia aprova pauta da Campanha Salarial 2010

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mout das Cruzes realizou assembleia para apresentar aos trabalhadores e às trabalhadoras da categoria a pauta de reivindicações da Campanha Salarial Unificada 2010.

A assembleia foi realizada no auditório do Sindicato, no Palácio do Trabalhador (rua Galvão Bueno, 782, Liberdade), na sexta-feira, 20 de agosto, às 18:00 horas.

Reivindicações aprovadas

A pauta aprovada inclui, entre outros, os seguintes itens:

- * reajuste salarial
- * aumento real
- * fim das demissões imotivadas
- * redução da jornada de trabalho, sem redução salarial
- * valorização do piso salarial
- * negociação de PLR
- * qualificação profissional
- * licença-maternidade de 180 dias

"A indústria retomou sua produção, a produtividade está em alta e os trabalhadores estão fazendo muitas horas extras. Portanto, os salários têm de acompanhar este crescimento econômico", afirma Miguel Torres, presidente do Sindicato e presidente em exercício da Força Sindical.

A campanha deste ano envolve basicamente itens econômicos, tendo em vista que as questões sociais já constam da Convenção Coletiva de Trabalho assinada no ano passado, com validade de dois anos.

A campanha unificada reúne 53 sindicatos de metalúrgicos do Estado de São Paulo, filiados à Força Sindical, que representam cerca de 700 mil trabalhadores com data-base em 1º de novembro.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Sindicato

Os trabalhadores da Força Sindical entregam pauta de reivindicações cobrando aumento real e redução da jornada

A Força Sindical, federações e sindicatos associados entregaram nesta quarta-feira, dia 25 de agosto, as pautas de reivindicações na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e na Fecomércio (Federação do Comércio).

"Estamos mobilizando os trabalhadores para negociarmos nossas reivindicações, entre as quais aumentos reais de salários, redução da jornada e licença maternidade de seis meses", declarou Miguel Torres, presidente em exercício da Força Sindical.

Estarão em Campanha Salarial neste 2º semestre 2 milhões de trabalhadores das áreas de comércio, indústria e serviços. Entre eles estão os trabalhadores das indústrias de alimentação, metalúrgicas, químicas, gráficas, laticínios têxteis e os comerciantes.

Fonte:Força Sindical

Metalúrgicos de Itu e Região inicia mobilizações da categoria

Após várias reuniões e o não avanço nas negociações, o Sindicato dos Metalúrgicos de Itu e Região deu início na tarde de segunda-feira, dia 23 de agosto, a uma série de assembleias de mobilização, em toda a base.

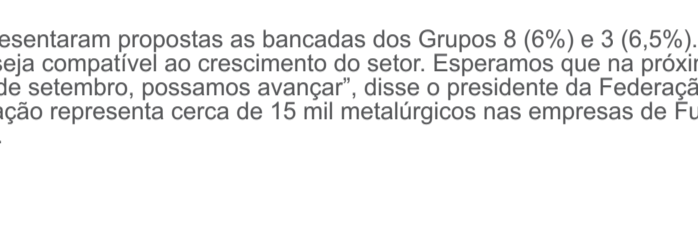
Para o presidente dos Metalúrgicos de Itu e Região, este é um momento de união e organização dos trabalhadores. "Estamos indo nas portas de fábricas e concretizando os companheiros (as), sobre a importância da união e organização de todos

As assembleias de mobilizações seguirão até o final da semana, onde todos os trabalhadores (as) estarão cientes do andamento da Campanha Salarial 2010, através de diretores na porta das fábricas, falando em carro de som.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Itu

Metalúrgicos rejeitam proposta de empresários de Fundação em SP

Trabalhadores rejeitaram proposta de reajuste salarial de 6,53%



Trabalhadores se encontraram com empresários, na terça-feira(24/08)

Na segunda rodada de negociação com a bancada das empresas de Fundação, realizada na terça-feira (24/08), a FEM-CUT (Federação Estadual dos Metalúrgicos) reprovou a proposta econômica de reajuste salarial de 6,53%, que corresponde à reposição da inflação do período e aumento real de 2%, oferecida pela bancada patronal. Esta é a terceira proposta econômica reprovada pela Federação na mesa de negociação.

Até agora apresentaram propostas as bancadas dos Grupos 8 (6%) e 3 (6,5%). "Vamos buscar um reajuste que seja compatível ao crescimento do setor. Esperamos que na próxima rodada, agendada para o dia 1º de setembro, possamos avançar", disse o presidente da Federação, Valmir Marques, o Biro Biro. A Federação representa cerca de 15 mil metalúrgicos nas empresas de Fundação em todo o Estado de São Paulo.

Fonte:ABC Maior

Metalúrgicos de Pindamonhangaba se mobilizam pela campanha salarial

Sindicatos patronais oferecem 5% de aumento salarial para o G8; Federação reprova e negociação está suspensa.

Os trabalhadores de Pindamonhangaba estão mobilizados pela campanha salarial, segundo avaliação do Sindicato dos Metalúrgicos. Movimentos foram realizados essa semana nas duas maiores bases da cidade, Gerdaul e Tenaris Confab.

Na quarta-feira, dia 18/08, dirigentes sindicais realizaram mobilização na Tenaris Confab, para informar os trabalhadores sobre o andamento da campanha salarial. Na sexta, foi a vez dos trabalhadores da Gerdaul receberem o sindicato. Um comboio dos ônibus foi realizado até a entrada na empresa.

O presidente do sindicato, Antonio Romeu Martins, ressaltou a importância dos trabalhadores aderirem às mobilizações pela campanha, em conjunto com os outros sindicatos metalúrgicos filiados à CUT no Estado de São Paulo.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba

Ministério do Trabalho aceita negociar novo ponto eletrônico

A portaria 1.510 do Ministério do Trabalho que regulamenta o sistema de ponto eletrônico tem que prestigiar a negociação coletiva. Esse foi o entendimento unânime encontrado na reunião mantida ontem em Brasília pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e representantes das seis centrais sindicais brasileiras.

"Os representantes das centrais chegaram a conclusão de que a portaria é importante para ajudar a combater fraudes", afirmou o diretor de Organização José Paulo Nogueira, representante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na reunião.

"Mas também foi entendimento unânime entre todos que o acordo coletivo feito pelos sindicatos, discutido pelos trabalhadores e aprovado democraticamente em assembleia tem que ser contemplado pela portaria 1.510", prosseguiu o dirigente.

Isto significa que sindicatos organizados e empresas podem negociar formas de controle de jornada por meio eletrônico.

Assim, a pedido do ministro, será elaborado um documento assinado por todas as centrais com esse entendimento, pedindo a modificação da portaria que regulamenta o uso do ponto eletrônico.

Os representantes das seis centrais sindicais voltarão a se reunir na próxima segunda-feira, quando assinam, em conjunto, documento que vai contemplar as mudanças sugerida pelo ministro Carlos Lupi no encontro de hoje.

Este documento será entregue ao próprio Lupi, que definirá a melhor maneira de atender, dentro da portaria 1.510, as reivindicações apresentadas pelos sindicalistas.

"A reunião foi positiva", disse Zé Paulo. "O ministro foi compreensivo e está sensível aos problemas apresentados pelas centrais sindicais", concluiu.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Trabalhadores nas Autopeças rejeitam proposta de reajuste

Os trabalhadores nas empresas de Autopeças do distrito industrial do iracangagua em Taubaté participaram de uma paralisação que durou cerca de uma hora na manhã desta segunda-feira, dia 23, com o objetivo de intensificar as mobilizações na Campanha Salarial 2010.

Durante a paralisação, os trabalhadores reiteraram a rejeição da proposta econômica apresentada pela bancada patronal das Autopeças na rodada de negociações realizada na quinta-feira, dia 19.

A proposta rejeitada pelos trabalhadores foi a de um reajuste de 6,5% (INPC da data-base da categoria 1º de setembro, estimado em 4,3%, e mais aumento real de 2%).

A mobilização também contou com a presença do deputado estadual Carlinhos Almeida (PT), que falou sobre a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, pauta dos trabalhadores nesta Campanha Salarial.

Agenda - A próxima rodada de negociações com a bancada do Sindipeças acontecerá na quarta-feira, dia 25, às 15h em São Paulo. A data base da categoria é no dia 1º de setembro. Em Taubaté, o Grupo 3 tem cerca de 4.700 trabalhadores em 19 empresas.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté

Trabalhadores conquistam sábado alternado

Uma luta de vários anos chegou ao fim na Usimatic, empresa do grupo 10 com 220 trabalhadores em São Bernardo. Por unanimidade, foi aprovada em assembleia a proposta negociada pelo Sindicato com a empresa que garante sábados livres aos companheiros a cada 15 dias.

A folga começará assim que a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) registrar o acordo, o que deve acontecer entre 30 e 45 dias. Os trabalhadores compensarão no sábado a folga do sábado seguinte.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Brasília (DF): Conselho Curador do FGTS libera mais R\$ 6 bilhões para habitação

O governo aprovou hoje aplicação adicional de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que terá um orçamento recorde de R\$ 71,6 bilhões. A Caixa Econômica Federal foi autorizada pelo Conselho Curador do FGTS a destinar mais R\$ 6 bilhões a programas de habitação popular, saneamento ambiental e infraestrutura urbana.

Em nota, a Caixa justifica que a liberação de verba suplementar ao orçamento aprovado para o ano está prevista na legislação que rege o FGTS. O aporte de R\$ 6 bilhões eleva o volume de recursos do fundo para habitação popular, saneamento e infraestrutura para R\$ 41,5 bilhões.

Fonte: Extra Online



Notícias Jurídicas

Autorização do Ministério do Trabalho valida redução de intervalo intrajornada

É válida a redução do intervalo intrajornada, se houver a autorização do Ministério do Trabalho. Com esse fundamento, a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho não concedeu a empregados da Empresa Chocolates Garoto diferenças, como horas extras, de intervalo para repouso e alimentação. A Turma reformou decisão do Tribunal Regional da 17ª Região (ES).

Os trabalhadores da empresa realizavam turnos ininterruptos de revezamento de oito horas diárias e possuíam 40 minutos de intervalo para descanso e alimentação. Entretanto, a CLT estabelece como direito o intervalo de no mínimo uma hora para uma jornada acima de seis horas (Artigo 71).

O TRT havia condenado a empresa a pagar a diferença de 20 minutos diários como horas extras, acrescidos de 50%, e reflexos em outras verbas trabalhistas. Para o TRT, foi inválido o acordo que reduziu o intervalo, pois o direito ao descanso e alimentação constitui norma de saúde e segurança do trabalho, não sendo passível de flexibilização.

A Garoto, então, interpôs recurso de revista ao TST. A relatora do processo, ministra Maria Cristina Peduzzi, concluiu que, embora o direito ao intervalo seja uma norma de saúde no trabalho, a CLT autoriza a redução do direito, se cumpridos dois requisitos (artigo 71, §3º): primeiro, quando há a autorização do Ministério do Trabalho – para verificar que a empresa atende exigências relacionadas à organização dos referatórios; e segundo, quando os funcionários não estiverem submetidos a regime de trabalho prorrogado.

Para a ministra, esses dois aspectos foram registrados no acórdão do TRT, o que atendeu a legalidade da redução do intervalo de uma hora para 40 minutos.

Sob esse fundamento, a Oitava Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso de revista da Garoto e excluiu da condenação o pagamento da diferença de 20 minutos diários referentes ao intervalo intrajornada.

RR-123100-62.2006.5.17.008

Fonte: TST

Alcoolismo crônico não é motivo de demissão por justa causa

Doença que requer tratamento e não punição. Assim o alcoolismo crônico tem sido avaliado, desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) o classificou como síndrome de dependência do álcool.

Atento ao reconhecimento científico da doença, o Tribunal Superior do Trabalho vem firmando jurisprudência no sentido de não considerar o alcoolismo motivo para demissão por justa causa.

RR - 123900-69.2005.5.15.0020

Fonte:TST

SDI-I nega recurso de trabalhador que pediu direito já reivindicado por seu sindicato

Por configurar identidade de pedidos (litispendência) entre a ação trabalhista proposta por um trabalhador da Fundação Municipal de Saúde de Teresina (PI) e uma ação coletiva interposta pelo sindicato da sua categoria, a Seção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-I) negou recurso do empregado.

O caso iniciou-se quando o trabalhador havia ingressado com ação contra a Fundação, requerendo o pagamento de direitos trabalhistas. O sindicato da categoria já havia proposto ação coletiva na qualidade de substituto processual, pleiteando os mesmos direitos da ação individual do empregado.

Assim, seguindo esse entendimento, a SDI-1, por unanimidade, negou provimento ao recurso de embargos do trabalhador.

RR-21300-91.2008.5.22.0004-Fase Atual: E

Fonte: TST



Agenda Legislativa

Projeto amplia para cinco dias úteis licença de trabalhador no caso de morte na família

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7347/10, da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), que amplia de dois dias consecutivos para cinco dias úteis o período em que o trabalhador pode se ausentar do serviço em razão de morte na família.

Pela proposta, a chamada licença nojo (luto) poderá ser utilizada pelo empregado no caso de falecimento de cônjuge ou companheiro (a), ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica.

Fonte:Camàra

Publicar Portaria que soluciona o problema dos recolhimentos previdenciários retroativos

A Portaria Interministerial MPS/MF nº 408/2010, publicada na quarta-feira passada,(18/08), alterou a Portaria Interministerial MPS/MF nº 333/2010. A principal mudança trazida foi a retirada dos efeitos retroativos dos recolhimentos fiscais e a fixação da incidência da medida a partir de 16 de junho de 2010. Foi afastada, dessa forma, a incidência dos recolhimentos a partir de 01/01/2010, como anteriormente previsto.

A nova Portaria dispensou, ainda, os empregadores de referenciar em Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP's) para aqueles que aplicaram, a partir de 16 de junho de 2010, as alíquotas equivalentes aos novos salários de contribuição.

Por fim, alterou o Anexo II da Portaria MPS/MF nº 333/2010, para fazer constar que a Tabela de Contribuição dos Segurados Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso, deverá ter vigência a partir de 16 de junho de 2010.

Fonte:CSN

Depósito recursal: TST quer aumentar acordos nos processos trabalhistas

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) quer aumentar o número de acordos nos processos trabalhistas entre empresas e funcionários. Para isso, passou a cobrar, no último dia 13, por ações que, em 95% dos casos - segundo o TST - atrasam o andamento das ações: os agravos de instrumento.

Eles são usados para tentar "destrancar" um recurso que tenha sido rejeitado pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho) ou pelo TST.

Agora, quem quiser insistir em um recurso que já tenha sido rejeitado terá de pagar metade do valor já desembolsado para entrar com o recurso - o preço pode chegar a R\$ 5.500. Dessa forma, o tribunal pretende desencorajar empresas e empregados de manter processos na Justiça.

"Ainda acordo proporciona muito mais do que a lei. Atinge as questões com muito mais especificidade", avalia Olga Fortes, juíza do TRT/SP, que já organizou e participou de audiências públicas de ações coletivas.

Agilidade
Três dias antes de a medida entrar em vigor, 360 funcionários da fábrica de lâmpadas da Philips, em Mauá, a 26 km da capital paulista, firmaram acordo de rescisão com a empresa em uma das maiores audiências públicas já realizadas em São Paulo.

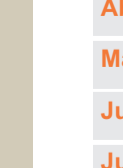
A fábrica fechou em 30 de junho e a negociação envolveu até mesmo paralisação por três dias.

O acordo foi baseado por 95% dos empregados que acionaram a Justiça. Para Fortes, a satisfação resulta de uma fórmula bastante utilizada pelo tribunal: juizes auxiliares de conciliação em contato direto com empresas e funcionários.

O juiz titular da Vara do Trabalho de Mauá Moisés dos Santos Heitor, que conduziu o processo, afirma que, sem o acordo, a espera seria no mínimo 12 vezes maior - e o processo demoraria cerca de seis anos.

O trabalhador que passa por uma demissão em massa deve negociar com a empresa um pacote de benefícios. "A legislação trabalhista não proíbe demissão em massa", lembra o especialista em direito do trabalho Cleibe Pretti.

Fonte:Folha de S.Paulo



Indicadores

*INPC

Mês	Índice mês (%)	Índice acumulado no ano (%)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (%)
Março /09	0,20	0,95	5,92
Abril /09	0,55	1,71	5,83
Mai /09	0,60	2,32	5,45
Junho /09	0,42	2,75	4,94
Julho /09	0,23	2,99	4,57
Agosto /09	0,08	3,07	4,44
Setembro /09	0,16	3,23	4,45
Outubro /09	0,24	3,48	4,18
Novembro /09	0,37	3,86	4,17
Dezembro /09	0,24	4,11	4,11
Janeiro /10	0,88	0,88	4,36
Fevereiro /10	0,70	1,59	4,77
Março /10	0,71	2,31	5,30
Abril/10	0,73	3,05	5,49
Mai/10	0,43	3,50	5,31
Junho/10	- 0,11	3,38	4,76
Julho/10	- 0,07	3,31	4,44

Fonte: FGV, IPC-Fipe, IBGE e Gerin do Banco Central do Brasil

*Entenda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor é calculado desde 1979 pelo IBGE em nove regiões metropolitanas do Brasil, além dos municípios de Goiânia e Brasília. Sua diferença em relação ao IPCA, também medido pelo IBGE, é que o INPC leva em conta apenas as famílias com rendimento entre 1 e 8 salários mínimos, enquanto o IPCA considera um intervalo entre 1 e 40 salários mínimos.